

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

DE VILA A CIDADE:
O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARCELINO VIEIRA
(1946-1955)

Romualdo Antônio Carneiro Neto

NATAL/2003 . 1

ROMUALDO ANTONIO CARNEIRO NETO

**DE VILA A CIDADE:
O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARCELINO VIEIRA
(1946-1955)**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora Denise Mattos Monteiro, do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do professor Raimundo Nonato Araújo Rocha, para obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

NATAL/2003

“As gerações futuras verão que o nosso trabalho não foi em vão”.

Albert Einstein

Este trabalho é dedicado:

Aos meus pais, **José Carneiro e Maria de Fátima**, que tantas barreiras ultrapassaram para me proporcionar a alegria de compreender a importância que o estudo tem na minha vida.

A minha esposa, **Rafaela**, que soube me compreender em todos os aspectos, mesmo nos momentos em que não sobrava um pouco de tempo para ela. Nunca reclamou de nada, prova maior de respeito e companheirismo.

A minha filha, **Raissa**, esperança maior de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Esta caminhada chega ao final com a ajuda de muitas pessoas. Em especial, agradeço:

Às minhas queridas irmãs, Meire, Magna e Fabiana, pelo apoio e incentivo.

Ao meu tio, Valdecir Carneiro, que com a generosidade habitual forneceu o seu arquivo particular para a leitura de suas correspondências imprescindíveis para o êxito deste trabalho.

A Chico Vaqueiro e a Gregório de Lima, pela paciência e presteza como que me concederam as entrevistas. Suas memórias foram essenciais para que construíssemos um pouco do cotidiano de Marcelino Vieira.

Aos meus mestres de todas as épocas, pois foram eles que construíram tudo isso, em especial ao meu orientador, Raimundo Nonato, que durante todo o percurso da pesquisa soube me compreender e me dar as instruções suficientes para o êxito.

Aos meus amigos do curso de História que dividiram comigo, durante esses anos, as alegrias e as tristezas, principalmente a Evangilmárison (Gilmar) pelas revisões gramaticais e os debates da pesquisa deste trabalho e a Severino, Wagner e Juliana com seu tempo disponível para a formatação deste.

A todos os amigos que encontrei na Residência Universitária, que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a vitória dessa vitória acadêmica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1: A VILA PANATIS NO CONTEXTO DAS EMANCIPAÇÕES POLÍTICAS	11
1.1: Da formação das cidades no Rio Grande do Norte às emancipações políticas	11
1.2. A Vila Panatis e a política partidária no Rio Grande do Norte	14
CAPÍTULO 2: O PROJETO DE EMANCIPAÇÃO DE MARCELINO VIEIRA	20
2.1. Os grupos políticos de Pau dos Ferros depois de 1946	20
2.2. A atuação dos grupos políticos diante do projeto de emancipação de Marcelino Vieira	23
2.3. O imaginário popular em torno da emancipação	25
2.4. A atuação da Câmara Municipal de Pau dos Ferros diante do projeto de emancipação de Marcelino Vieira	27
CAPÍTULO 3: MARCELINO VIEIRA: A CIDADE EMANCIPADA	29
3.1. O governo provisório e a eleição do primeiro prefeito	29
3.2. O poder municipal e a organização administrativa do município	30
3.3. A população e as diretrizes jurídicas municipais	32
3.4. A manutenção das práticas coronelísticas depois da criação do município	34
CONCLUSÃO	36
FONTES E BIBLIOGRAFIA	

Introdução

O objetivo principal deste trabalho é analisar o processo de emancipação política do município de Marcelino Vieira, procurando por um lado, compreender a ação dos grupos políticos locais e, por outro, perceber as mudanças e permanências que a cidade emancipada trouxe para a vida dos seus habitantes.

Interessa-nos estudar especificamente o período compreendido entre 1946 e 1955. A escolha por 1946 se deu em razão da grande proliferação de municípios no Brasil a partir desse ano. A opção por 1955 está relacionada ao fato de que nessa data ocorreu a posse do primeiro governo eleito para o município de Marcelino Vieira.

O município de Marcelino Vieira se desmembrou politicamente da cidade de Pau dos Ferros no dia 24 de novembro de 1953, através do Decreto Lei 909/1953, assinado pelo governador Silvio Pedrosa. Até aquela data o lugar tinha recebido outras denominações: *Passagem de Freijó*; *povoado de Vitória*; *distrito de Vitória*; *Vila Vitória e Vila Panatis*. A denominação passagem do Freijós está, segundo Cascudo, relacionada com as pousadas existentes no lugar que abrigavam caravanas, camboeiros e tropeiros.¹

Em 1868, o cônego Bernardino Fernandes, vigário de Pau dos Ferros, modificou o nome do lugar de Passagem do Freijó para Povoado de Vitória, pelo êxito alcançado sobre a doença do cólera na região. Em 1890, o povoado passou a ser Distrito de Vitória, em virtude do projeto do deputado estadual Marcelino Vieira. Cinquenta anos depois, o Distrito de Vitória passou a ser Vila Vitória, através do Decreto de n 6, de 9 de outubro de 1940. No ano de 1943, o lugar passou a ser chamado de Vila Panatis, em homenagem a tribo indígena que havia habitado a região.²

Na emancipação, em 1953, o município passou a se chamar Marcelino Vieira, em homenagem a um fazendeiro de Luís Gomes, cidade que fica na mesma região. Marcelino Vieira havia sido deputado estadual e durante sua vida havia mantido fortes relações com o povoado.³ Logo após a emancipação, o prefeito nomeado provisoriamente pelo governador para gerir o novo município foi um dos filhos de Marcelino Vieira.

Apesar das peculiaridades que caracterizam o processo de emancipação de Marcelino Vieira podemos afirmar que ele não ocorreu isoladamente. Isso porque no

¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da terra: geografia, história e toponímia do Rio Grande do Norte*, p. 209

² Id., *ibid.*, p. 209

³ Id., *ibid.*, p. 210

período compreendido entre os anos 1946 e 1964 vários municípios se emanciparam politicamente no Brasil, em geral, e no Rio Grande do Norte, em particular.

Segundo dados do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) a Constituição de 1946 favoreceu a proliferação dos municípios tendo em vista que garantiu-lhes orçamentos federal e estadual. Em razão desses orçamentos houve uma verdadeira corrida rumo à municipalização, fato inédito na História do Brasil.

A repartição de receitas públicas entre a União, os Estados e os Municípios é considerada por juristas uma das maiores obras da Constituição de 1946. Isso porque, ao fortalecer as finanças municipais, novos horizontes foram abertos para que os municípios prestassem melhores serviços à comunidade.

Para se ter uma idéia da proliferação de municípios no período em discussão, podemos observar os dados do censo demográfico de 1950 e de 1960 de alguns Estados brasileiros. Por exemplo, o Estado do Goiás, em 1950, contava com 77 municípios e passou, em 1960, para 179; o Rio Grande do Sul tinha, em 1950, 92 municípios e em 1960, 150; o Paraná que, em 1950, contava com 80 municípios, passou a ter, em 1960, 162.⁴

Apesar dessa proliferação de municípios, entre 1946-64, constatamos através de levantamentos das pesquisas produzidas na UFRN, que apenas dois trabalhos acadêmicos se dedicaram a compreender esses processos de emancipação no Rio Grande do Norte.⁵ Todavia, esses trabalhos apresentam explicações generalizantes para o processo de emancipações, sem valorizar as particularidades de cada local, como o trabalho de GOMES (1997) que nos mostra que as municipalizações ocorridas nesse período atenderam a dois objetivos centrais: o primeiro diz respeito a criação e a ampliação de novos centros de consumo; o segundo se refere a produção e a reprodução da classe política nacional e estadual. Procurando suprir essa lacuna nas investigações acadêmicas, este trabalho busca compreender a diversidade que configurou a emancipação de Marcelino Vieira.

A escolha por esse tema partiu de duas razões imediatas: a primeira diz respeito a inexistência de trabalhos no campo da História dedicados as emancipações municipais no período de 1946 a 1964. A segunda razão vincula-se à necessidade de se construir uma História escrita sobre o município de Marcelino Vieira. Uma história que aborde o seu

⁴ Dados consultados no IBGE/ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL: 1940-1960

⁵ Encontramos apenas dois trabalhos, ambos na área de Geografia, que se dedicam à temática das emancipações políticas no período republicano: a tese de doutorado *Fragmentação e gestão do território no*

processo de emancipação, procurando conhecer os grupos políticos que lá atuavam, destacando os vínculos existentes entre os projetos de emancipação provenientes desses grupos com as diretrizes políticas federais, estabelecidas no período para a formação dos municípios brasileiros.

Da mesma forma que poucos trabalhos acadêmicos estudam o processo de emancipação, apenas dois trabalhos sistematizam informações sobre o município de Marcelino Vieira.⁶ Todavia, esses trabalhos se dedicaram a sistematizar a história de Marcelino Vieira traçando um perfil meramente informativo, não deixando espaço para múltiplas interpretações dos fatos.

Diante da ausência de estudos sobre a emancipação e de estudos interpretativos sobre Marcelino Vieira, partimos em busca de novas fontes de investigação. Nesse sentido, consultamos as Atas das Câmaras municipais de Pau dos Ferros (município do qual Marcelino foi desmembrado) no momento em que ocorriam os debates em torno da emancipação e as atas da Câmara Municipal de Marcelino Vieira nos primeiros momentos da cidade emancipada.

Nas Atas do legislativo vieirense buscamos perceber os interesses políticos locais posteriores à emancipação. Nas Atas da Câmara vieirense percebemos que os primeiros debates daquela casa se restringiam à criação de uma Lei Orgânica para o município.

Ainda no leque dos documentos escritos, trabalhamos com as correspondências escritas no período de 1950 a 1955, entre Romualdo Carneiro de Nascimento, e seu filho Valdecir Carneiro do Nascimento. Romualdo Carneiro vivia em Marcelino Vieira na época da emancipação, foi vereador na primeira legislatura da cidade e mantinha relações com as lideranças políticas de Pau dos Ferros. Seu filho Valdecir Carneiro do Nascimento, no período em torno do desmembramento estudou nas cidades de Mossoró, Natal e Recife. Nas correspondências entre pai e filho encontramos descrições pormenorizadas sobre a situação econômica e política vivida em Marcelino Vieira no momento da emancipação.

Além dos documentos escritos, entrevistamos duas pessoas que vivenciaram os acontecimentos da emancipação: Francisco Cezário Sobrinho, mais conhecido como Chico Vaqueiro, hoje aos 84 anos, aposentado, pode rememorar os tempos em que também foi vereador na primeira legislatura da Câmara Municipal vieirense. Vaqueiro antes de ser

Rio Grande do Norte de Rita de Cássia da Conceição Gomes (1997) e a dissertação de mestrado de Eunice Correia da Costa (1977), intitulada *Fator urbano no Rio Grande do Norte*.

vereador tinha sido cabo eleitoral de políticos paufferenses. A idéia de entrevistar Chico Vaqueiro busca compreender como os políticos locais discutiam a emancipação.

Entrevistamos também Gregório de Lima, que na época da emancipação exercia a função de pedreiro e que hoje já se encontra aposentado, com 78 anos. Entrevistamos Gregório para compreender o pensamento do homem comum que vivia aquele momento de transição da cidade.

A entrevista oral realizada com Chico Vaqueiro e Gregório de Lima nos possibilitou a reconstrução de fatos até hoje no anonimato. Através dessas entrevistas pudemos saber como as informações acerca da emancipação foram transmitidas e recebidas pelos outros grupos sociais, procurando os argumentos contrários e favoráveis a emancipação.

No tocante ao referencial teórico que serviu de base para nossas reflexões, usamos duas grandes obras. Para analisar as relações políticas existentes no Brasil no período de 1946 a 1964, utilizamos a obra *Coronelismo e dominação*, de Ibarê Dantas⁷. Na obra, o autor analisa as práticas do *coronelismo* nos possibilitando compreender o trânsito dos grupos políticos vieirenses com os políticos de Pau dos Ferros. Na mesma perspectiva, também trabalhamos com o livro *Coronelismo, enxada e voto* de Victor Nunes Leal.

O conceito de emancipação política está associado neste trabalho ao conceito de desmembramento, ou seja, entendemos emancipação como processo de independência político-administrativa de um território que foi desmembrado politicamente de um outro município. De acordo com Meirelles, a emancipação é assegurada pela eleição para prefeito e vereadores. Após realizado o pleito e os candidatos eleitos assumirem seus postos, o município passar a ter direitos, tais como, o de decretar e arrecadar tributos, aplicar suas rendas e organizar os serviços públicos locais.⁸

O trabalho está dividido em três capítulos: No primeiro, faremos uma discussão sobre os processos de emancipações políticas existentes no Brasil e no Rio Grande do Norte no período de 1946 a 1964. Para tanto analisaremos a Constituição Federal de 1946. Ainda nesse capítulo, abordaremos a influência das lideranças políticas da cidade de Pau dos Ferros na Vila Panatis, e seus vínculos com os grupos políticos da Vila.

⁶ O primeiro de João Bosco Queiroz Fernandes entitulado *Marcelino Vieira: apontamento para a história do município*; o segundo de Valdecir Carneiro do Nascimento: *Marcelino Vieira: sinopse de sua história e linguagens de famílias*.

⁷ O conceito de Coronelismo está por nós entendido neste trabalho como prática de relações de dependências pessoais estabelecidas entre o chefe político, "o coronel", e seus cabos eleitorais, no que concerne ao período estudado. Cf. DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação*, p. 16.

O segundo capítulo destina-se a analisar o processo de emancipação em si, enfatizando os anseios dos grupos políticos locais e regionais no desmembramento da Vila Panatis do município de Pau dos Ferros. O propósito desse capítulo é observar a atuação de diferentes setores da sociedade da Vila Panatis em torno da luta pela emancipação, mostrando o sentimento de identidade municipal.

O terceiro capítulo tem por objetivo analisar as influências da emancipação para a vida em Marcelino Vieira. Neste capítulo discutiremos como foi indicado o primeiro prefeito, como foram as primeiras eleições municipais e os debates políticos gerados em torno da emancipação. Apresentaremos também os efeitos que as pessoas comuns percebiam com o desmembramento. Finalmente, procuraremos compreender as relações coronelísticas que continuaram sendo mantidas entre os políticos locais e as lideranças políticas do município de Pau dos Ferros.

⁸ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito municipal brasileiro*, p. 38

Capítulo 1: A Vila Panatis no contexto das emancipações políticas

1.1. Da formação das cidades no Rio Grande do Norte às emancipações políticas

O processo de fundação de cidades no Rio Grande do Norte começou no final do século XVI, sendo Natal o primeiro município a ser criado. Sua fundação aconteceu em 25 de dezembro de 1599, muito embora só tenha adquirido governo próprio em 1611. Durante um século e meio, Natal foi a única unidade administrativa do Estado, porém, com a produção de cana-de-açúcar no litoral, associada ao povoamento das áreas sertanejas, surgiram no século XVIII, novas unidades municipais. Estas, junto a Natal, constituíram os únicos municípios do Rio Grande do Norte até o ano de 1822.⁹

Segundo Cascudo, no século XVIII, certas povoações para chegar a categoria de cidades precisavam atender a determinadas condições, tais como: a construção de um pelourinho¹⁰ e a formação de uma freguesia, que representando o poder simbólico da Igreja Católica na localidade, era um posto de concentração coletiva, indispensável, portanto, a construção da futura cidade.¹¹

Com a Independência do Brasil foi outorgada a Constituição de 1824, que garantia autonomia para as províncias e previa a possibilidade da subdivisão das províncias em municípios. Assim, no século XIX foram criados 22 município no Rio Grande do Norte.¹²

Instalada a República, não houve uma ampliação significativa do número de municípios no Rio Grande do Norte. Assim, no período de 1890 até 1929 apenas nove municípios foram criados; de 1930 a 1937, apenas dois e de 1938 a 1941 apenas um município. Isso significa que desde a fundação de Natal até o ano de 1945 foram criados no Estado apenas 42 municípios.

No período de 1946 a 1964 ocorreu um significativo aumento do número de municípios brasileiros, em geral, e dos municípios do Rio Grande do Norte, em particular. Segundo Gomes, nesse período se emanciparam no Rio Grande do Norte 109 municípios.

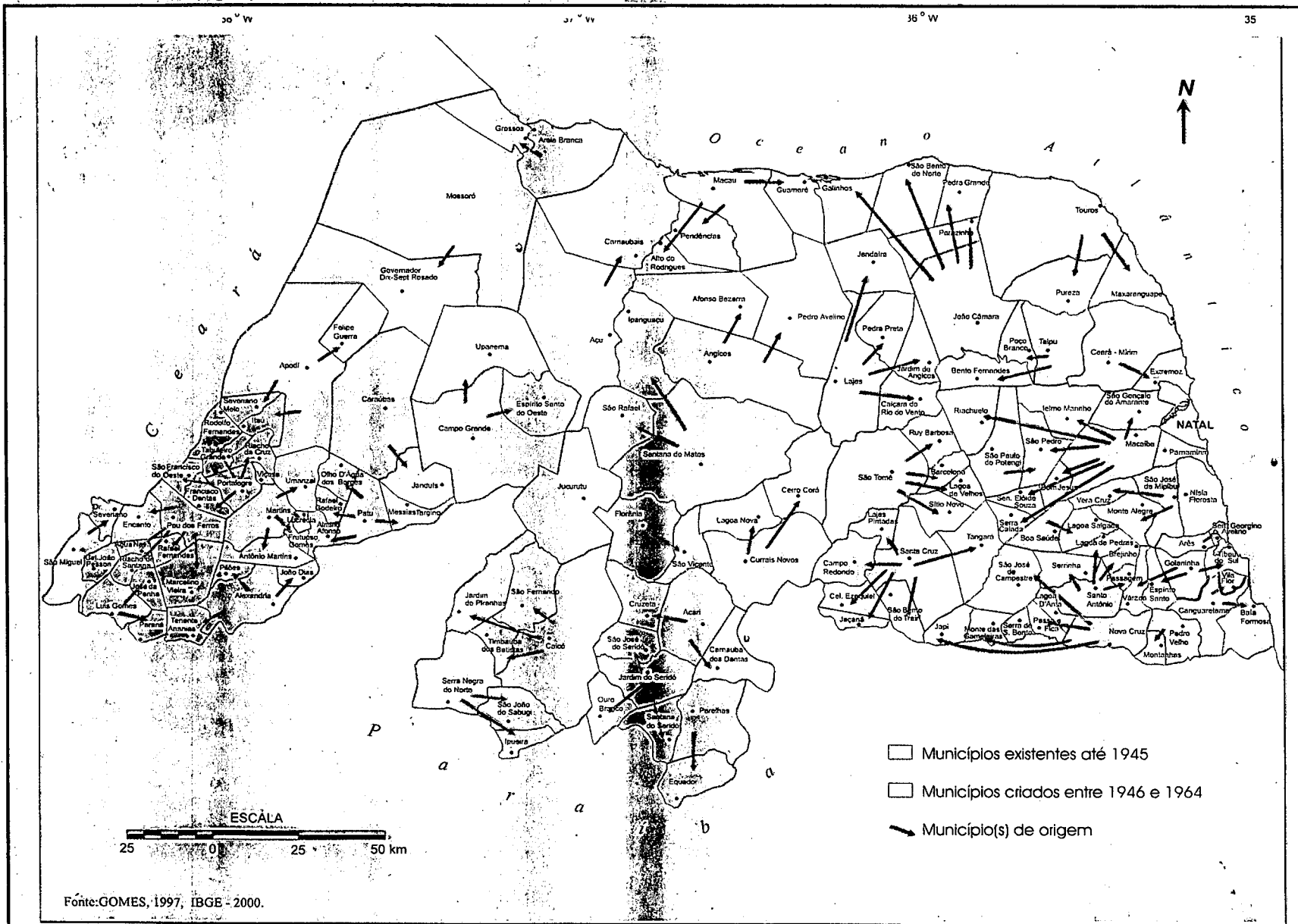
⁹ Segundo CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit., p. 139, as sete vilas que passaram à condição de município no século XVIII foram: Vila Nova de Estremoz [sic] (1760); Vila Nova de Arez [sic]; (1760); Vila de Portalegre (1761); Vila de São José do Rio Grande (1762); Vila da Princesa (1778); Vila do Príncipe (1788).

¹⁰ Para CASCUDO, id. ibid., p. 139, o pelourinho era um símbolo jurídico que representa a autoridade local.

¹¹ CASCUDO, Luís da Câmara. Op. Cit., p. 51 e 139.

¹² Id. ibid., p. 140, cita os 22 municípios criados no século XVIII.

Rio Grande do Norte
Criação de Novos Municípios
no período de 1946 a 1964



Isso significa que 65% dos atuais municípios existentes no Estado foram criados nesse período. Dentre essas emancipações, está a do município de Marcelino Vieira.¹³

Esse processo de desmembramentos ocorrido no Rio Grande do Norte se insere num amplo movimento de emancipações municipais ocorridas no Brasil. De acordo com Meirelles, a promulgação da Constituição de 1946 reforçou o municipalismo, na medida em que permitiu autonomia político administrativa dos municípios. Por essa Carta constitucional os municípios poderiam eleger seus próprios prefeitos e vereadores e passariam a ter o direito de receber impostos da União e do Estado. Esse direito de receber impostos por parte dos municípios, fez com que muitos povoados buscassem as suas emancipações, a fim de garantir verbas para o seu orçamento.¹⁴ Segundo dados do IBGE, o número de municípios brasileiros foi de 1574, em 1940, para 2763, em 1960. Confirmando um aumento significativo no número de municípios no país.¹⁵

Segundo Gomes, na Colônia e no Império não existiam as prefeituras. Os municípios se organizavam politicamente a partir das Câmaras de vereadores, que por sua vez, estavam subordinadas política e administrativamente à metrópole, durante a Colônia, e ao governo provincial, no Império. Todavia, a autora ressalta que muitos municípios nesse período lutaram por autonomia e independência administrativa.¹⁶

Na República Velha os municípios também não gozaram autonomia. Nesse sentido, podemos observar o descaso com que a Constituição republicana de 1891, dois anos após proclamada a República, tratou a questão municipal, destinando apenas o Artigo 68 ao tema. Nesse Artigo está expresso: “*Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurado a autonomia dos municípios, em tudo que diga respeito peculiar interesse*”.

Ao observar o Artigo 68 percebemos que não existia, por parte do novo sistema de governo, uma diretriz definida para a organização dos municípios. Assim sendo, durante toda a República Velha, as oligarquias que controlavam os governos em cada Estado subordinavam os municípios aos seus interesses. Cabia aos governadores dos Estados, entre outras funções: organizar e definir a competência das instituições de cada município; determinar a denominação do chefe do executivo¹⁷; compor o governo e indicar o chefe do

¹³ GOMES, Rita de Cássia da Conceição. *Fragmentação e gestão do território do Rio Grande do Norte*. p. 89.

¹⁴ MEIRELES, Op. cit., p. 38

¹⁵ Dados consultados no IBGE / ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL: 1940-1960

¹⁶ GOMES, Rita de Cássia. Op. cit., p. 78

¹⁷ A denominação do chefe do executivo variava. Em alguns municípios eram denominados prefeitos, em outros Intendentes e ainda em outros Presidente Municipal. (cf. www.ibam.com.br).

executivo. Em razão da autonomia dos governadores, em todos os Estados era comum a manipulação das finanças municipais.

Com a constituição de 1934, os municípios passaram a ter uma maior autonomia administrativa e financeira. O Art. 13 dessa Carta estabelecia:

*“Os municípios serão organizados de forma que lhes fique assegurada a autonomia em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse, e especialmente:
I - a eletividade do prefeito e dos vereadores da Câmara Municipal, podendo aquele ser eleito por esta;
II - a decretação dos seus impostos e taxas, e a arrecadação de suas rendas;
III - a organização dos serviços de sua competência”.*

Porém essa tentativa de autonomia foi efêmera, em razão da dissolução desse documento pelo governo ditatorial do Estado Novo, que logo criou a Carta de 1937. A nova Carta voltou a restringir consideravelmente a autonomia municipal. As Câmaras Municipais continuaram sendo formadas pelo voto da população, mas o Artigo 27 estabelecia que *“o prefeito será de livre nomeação do governador do Estado”*. Por se tratar de um período em que os Estados eram governados por interventores federais, podemos afirmar que a escolha do prefeito recaía no candidato aliado de alguma forma a Vargas.

Após a deposição do governo ditatorial, em 1945, e a promulgação da Constituição de 1946, o municipalismo ganhou força. Essa Constituição assegurou autonomia política administrativa para os municípios, que passaram a eleger seus prefeitos e vereadores. A Carta abria uma pequena exceção a regra geral para escolha dos prefeitos, deixando a critério dos Estados a definição da forma de escolha dos prefeitos das capitais e estâncias hidrominerais (lugares com importância econômica ligada principalmente a existência de minerais como petróleo, carvão etc). O Artigo 28, parágrafo 1º estabelecia que *“poderão ser nomeados pelos governadores dos Estados ou dos territórios os prefeitos das capitais, bem como os dos municípios onde houver estâncias hidrominerais [...]”*. A Carta de 1946 ainda previa que os Estados não podiam intervir nos municípios, senão para regularizar as finanças.

Com a Emenda Constitucional de 1967, imposta pelo Regime Militar, a autonomia política e financeira dos municípios foi perdida. Os prefeitos das capitais, estâncias hidrominerais e municípios considerados de interesse de segurança nacional, tinham que

ser nomeados pelo governo federal. Segundo dados do IBAM, nesse período impediu-se que 42% da população brasileira tivesse de escolher seus prefeitos por voto secreto e livre.

Com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição de 1988, a autonomia foi restabelecida. O Artigo 29 estabelece que o município reger-se-á por Lei Orgânica própria, elaborada e promulgada pela Câmara Municipal e o Art. 2 que os Estados estão constitucionalmente obrigados a se dividir em municípios.

1.2. A Vila Panatis e a política partidária no Rio Grande do Norte

Com o fim da ditadura de Vargas e o retorno da democracia ao país as discussões políticas reascenderam em torno da convocação para as novas eleições presidenciais. Sendo assim, houve a criação de diversos partidos políticos até então inexistentes, consequência do governo autoritário de Vargas. Entre os partidos criados podemos citar: a UDN (União Democrática Nacional); o PSD (Partido Social Democrático) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).¹⁸

No Rio Grande do Norte, segundo Marlene da Silva Mariz¹⁹ "*a redemocratização ocorrida em 1945, não afetou a estrutura de poder no Estado*". Isso significa que as mesmas elites que comandavam o Estado no período de Vargas, permaneceram no poder. Elas apenas se redefiniram de acordo com as novas circunstâncias, dispostas a manter suas posições. Para tanto, filiaram-se a novos partidos políticos²⁰, mas não mudaram o seu caráter oligárquico. Essa nova estrutura partidária influenciou os políticos do Rio Grande do Norte.

¹⁸ O PSD e o PTB foram criados por políticos que deram sustentação ao presidente deposto. Podemos citar entre seus representantes Eurico Gaspar Dutra e Costa Lima respectivamente. A UDN nasceu dos grupos políticos que faziam oposição ao Estado Novo, um de seus representantes foi o Brigadeiro Eduardo Gomes. Cf. CARONE, Edgard. *A quarta República (1945-1964)*, p. 383-437

¹⁹ MARIZ, Marlene da Silva. *A circulação do poder no poder no Rio Grande do Norte: 1945/1960*, p. 18.

²⁰ Cf. VASCONCELOS, José Carlos Negreiros. *A redemocratização no estado do Rio Grande do Norte: 1945 – 1951*. P. 22 – 24. Segundo o autor, os grupos que lideraram a política no Rio Grande do Norte no período da ditadura de Vargas (1937 a 1945), ainda permaneceram no poder após a redemocratização, criando partidos políticos como: o PSD e a UDN. "*O PSD era liderado por João Câmara, José Varela, Georgino Avelino e Manoel Varela Albuquerque, representavam a oligarquia Albuquerque Maranhão; a UDN tendo como seus membros mais ilustres o senhor Dinarte de Medeiros Mariz, o senhor Francisco Duarte Filho e o senhor Djalma Aranha Marinho, representavam as oligarquias do Seridó a Agreste.*" Além desses partidos, existiram outros no estado: o PSP (Partido Social Progressista) liderado por João Café Filho e o PTB, dirigido pelo industrial Clóvis Mota.

Em Pau dos Ferros, as lideranças locais, a fim de manterem as suas antigas alianças, fundaram diretórios partidários. Segundo Vaqueiro e Gregório²¹, o diretório da UDN em Pau dos Ferros era comandado por José Fernandes e José Guedes do Rego; e o diretório do PSD era controlado por Israel Nunes e o seu irmão Licurgo Nunes. O quadro político do município de Pau dos Ferros era reflexo, portanto, daquele que compunha a política em nível estadual.

Também de acordo com Vaqueiro os líderes políticos do município de Pau dos Ferros não restringiam sua ação a sede do município. Assim, na Vila Panatis as lideranças paufferrenses também tinham forte influência e representantes locais. Dessa forma, as pessoas dessa Vila vinculadas a José Fernandes ou a Israel Nunes tiveram que se filiar aos respectivos diretórios partidários. A ampliação dos diretórios era uma forma de legitimação das alianças e de fortalecimento dos grupos sediados em Pau dos Ferros.

Israel Nunes e Licurgo Nunes eram representados na Vila Panatis por Cazuza Cardoso, João Medeiros, Pedro Sobrinho e José Damião. Já o comando de José Fernandes, por sua vez, era representado, na Vila por José de Calazans, Manuel Vicente e Alexandre Nonato.

Dentro desse sistema partidário a figura do “coronel” ainda se fazia presente exercendo o seu domínio. Os coronéis de Pau dos ferros eram, de um lado, os irmãos Licurgo e Israel Nunes (bacharéis em Direito) e, do outro, José Fernandes (médico) e José Guedes, agora com uma nova face. As novas características encontradas nos coronéis de Pau dos Ferros, já foram analisadas teoricamente por Leal. Segundo o autor:

*“A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunia a qualidades de comando e dedicação, os habilita a chefia. Mas esses mesmos doutores ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos coronéis.”*²²

Pela interpretação de Leal, os novos coronéis não eram mais necessariamente autênticos proprietários de terra. Eram os doutores que dominavam politicamente, mas o controle sobre a população era o mesmo.

A legitimação do poder dos “doutores-coronéis” não se dava mais a partir da força coercitiva de suas milícias, onde vigoravam a violência e a repressão, que haviam

²¹ Vaqueiro e Gregório em entrevista concedida ao autor.

²² LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. p. 21-2

caracterizado as ações coronelísticas da Primeira República.²³ Agora o domínio ganhava o refinamento de homens “estudados”, ainda que permanecessem as relações de exploração. Sendo assim, era “o doutor, mais pelo poder da inteligência e da cultura, pelo prestígio da palavra ou por serviços prestados na advocacia e na medicina as famílias ricas ou as mais pobres”,²⁴ que passavam a controlar o poder público.

A partir de 1945, com o retorno do sistema eleitoral representativo, caracterizado no uso do voto secreto e na valorização da justiça eleitoral, a grande legitimação do poder dos coronéis passou a ser o voto.²⁵ Dessa forma o eleitorado passou a se constituir num elemento de importância crucial nesse contexto.²⁶

O coronelismo ao se redefinir passou a adotar políticas paternalistas como forma de garantir sua hegemonia, sobretudo política. A adoção dessas políticas possibilitava a manutenção dos laços de dominação e dependência pessoal do seu eleitorado, através de prestações de pequenos serviços (empregos, empréstimos de dinheiro etc.).

Segundo Victor Nunes Leal, as alianças e as fidelidades partidárias decorriam do cumprimento das prestações desses serviços, podendo haver rupturas caso os compromissos políticos não fossem postos em prática. Portanto, nesse período de criações de partidos, o que unia as lideranças políticas com seus correligionários eram os laços de dependência pessoal, nos quais estavam inseridos as prestações de serviços e as políticas assistencialistas.²⁷

Leal também demonstra que o período eleitoral era o momento em que as alianças políticas se tornavam mais fortes e os laços de dependência mais consistentes. Era o período em que se estruturavam os compromissos firmados “de homem para homem”, pois os interesses eram mútuos. Assim, os candidatos buscavam votos, através de seus

²³ No Rio Grande do Norte, por exemplo, segundo MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*, p. 208, na República Velha os “coronéis” arregimentavam seus jagunços utilizando a coerção para legitimar o seu poder e garantir a sua vitória nas urnas.

²⁴ Id. *ibid.*, p. 22

²⁵ Segundo DANTAS, Ibarê. *Op. cit.*, p. 16, o Coronelismo no Brasil teve algumas peculiaridades, entre elas está a fonte de poder do coronel, que apresentou algumas variações: no primeiro período (1900-1930) o coronel legitimava seu poder a partir da força coercitiva; no segundo momento (1930-1945), quando essa força se torna desgastada, passa-se a explorar seu prestígio, construído através de uma tradição de mando; e numa terceira fase (1945-1964) o voto passou a ter papel importante como fonte de poder.

²⁶ Para se ter uma idéia do crescimento do eleitorado brasileiro podemos observar os seguintes dados: para as eleições da Câmara Federal, em 1934, foram inscritos 2.659.171 eleitores. Em novo alistamento realizado, em 1946, esse número subiu para 7.710.504 eleitores. (cf. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE 1946, P. 514-515)

²⁷ LEAL, Victor Nunes. *Op. cit.*, p. 41

representantes políticos para vencerem as eleições; e, em contrapartida, os representantes utilizavam o período eleitoral para buscar barganhas políticas.²⁸

Essas relações de dependência pessoal são bastante visíveis no município de Pau dos Ferros, em geral, e especialmente na Vila Panatis, onde as lideranças regionais faziam constantes visitas à comunidade. Essas visitas eram uma oportunidade para que os “doutores-coronéis” encaminhassem as trocas de favores e promessas com seus aliados políticos.

Sobre essas visitas dos líderes a Vila Panatis relata Vaqueiro:

*“Os políticos de Pau dos Ferros vinham constantemente a Vila Panatis, principalmente no dia de feira, que era na Segunda-feira. Dr. Zé Fernandes ficava na casa de Calazans; Dr. Israel e Dr. Licurgo ficavam nas casas dos amigos Pedro Sobrinho, Zé Damião, e Cazuzu Cardoso”.*²⁹

Pelos depoimentos coletados é possível observar que o objetivo desses chefes políticos era conservar e expandir sua posição de liderança. Para isso, eles faziam suas visitas e nelas realizavam auxílio público e prestavam alguns serviços pessoais, tais como: consultas médicas, atendimento jurídico e emprego. Nesses serviços, as lideranças eram auxiliadas pelos seus grupos políticos locais, que serviam de intermediário entre o chefe e a comunidade em geral.

O auxílio público estava direcionado à construção de obras públicas: estradas, escolas, posto de saúde, instalação elétrica. De acordo com Leal, as realizações de utilidade pública e as prestações de serviços pessoais exigiam um grande esforço do chefe político, às vezes um penoso esforço, que chegava ao heroísmo.³⁰

Conforme disse Gregório nos seus depoimentos:

*“Eles eram chefes porque prestavam benefícios a comunidade e não mediam esforços para atendê-la. Atravessavam rios, vinham a cavalo e andavam muito a pé. Tudo para prestar os seus serviços. Por exemplo Dr. Zé Fernandes, que vinha aqui na Vila fazer consultas médicas e não cobrava nada”.*³¹

²⁸ Entre as barganhas políticas podemos citar: conseguir emprego, influenciar jurados, batizar filhos e apadrinhar casamentos, compor desavenças, colaborar na legalização da terra, dar pousada e refeição, obter crédito em casas comerciais, contratar advogados, prestar auxílio médico. Enfim, são inúmeros os tipos de prestação de serviços pessoais. Cf. LEAL. Op. cit. p. 38.

²⁹ Vaqueiro em entrevista concedida ao autor.

³⁰ LEAL, Victor Nunes. Op. cit., p. 37

³¹ Entrevista concedida ao autor por Gregório.

Portanto, era com essas realizações de utilidade pública e de prestações de serviços pessoais que o chefe político conservava e expandia a sua liderança política. Foi através dessas realizações políticas que a Vila Panatis passou a ter melhoramentos na estrutura pública.³²

Para se ter uma idéia dessas melhorias na estrutura pública, podemos citar que entre os anos de 1946 e 1950 uma série de obras de infra-estrutura urbana foram realizadas, como por exemplo: a construção do matadouro e do açougue público (pertencente ao município de Pau dos Ferros); instalação da luz elétrica; criação de escolas municipais; construção de estradas, destacadamente a estrada que ligava a Vila Panatis ao povoado da Mata (atual cidade de José da Penha).³³

Um dos fatores que favoreceu para que esse desenvolvimento da infra-estrutura-urbanística ocorresse foram as receitas federais que os municípios passaram a ter com a Constituição de 1946. Era a autonomia financeira contribuindo para as novas práticas eleitorais. Com isso é possível concluir que o aumento das receitas municipais concedidas pela Constituição de 1946, nos Artigos 2, 15 e 19, contribuiu para a aplicação de capital em obras de infra-estrutura urbana, tais como, energia elétrica, calçamento, praças. Leal afirma que esses gastos consumia a maior parte das receitas municipais e o investimento no campo ficou em segundo plano.³⁴

Entretanto, essa modernização da infra-estrutura pública da Vila não chegou a alterar as condições de vida da população. O trabalho rural continuou a ser a principal atividade econômica. Segundo Gregório, a roça era o local em que se tirava o sustento da família. No entanto, o êxito do trabalho rural estava condicionado ao período em que havia inverno, que não era todo ano.

Nas correspondências de Romualdo Carneiro enviadas nesse período para o seu filho Valdecir Carneiro, aquele deixa explícito a importância do inverno para o trabalho rural

³² Além da Vila Panatis, as outras vilas também tiveram melhorias na sua infra-estrutura pública: em Riacho de Santana e Encanto houve edificação de cemitério público e luz elétrica. Na sede do município teve a construção de um posto de saúde, um campo de aviação e melhorias na iluminação da cidade. Cf. Revista do Bicentenário do Município de Pau dos Ferros, p.30, 1956.

³³ Cf. Revista do Bicentenário de Pau dos Ferros, p. 30. A reportagem que contém essas informações se dedica a mostrar as realizações do prefeito Licurgo Nunes, na época Prefeito de Pau dos Ferros.

³⁴ Cf. LEAL, Victor Nunes Op. cit., p. 96

“ [...] choveu todos os dias, as terras já estão abrejadas, as lavouras já estão flexando (digo milho).”³⁵

“ [...] aqui não choveu, à noite de festa foi desanimada por que os sertanejos não viram relâmpago.”³⁶

Essa estrutura econômica da Vila Panatis acabou contribuindo para prática de políticas paternalistas e para a organização dos laços de dependência pessoal, refletidos principalmente no período de eleição. Em vista disso, o trabalhador da roça respeitava e obedecia a orientação daquele que lhe havia prestado o serviço político.

³⁵ Correspondência enviada por Romualdo Carneiro do Nascimento para seu filho Valdecir Carneiro do Nascimento, 1950

³⁶ Correspondência enviada por Romualdo Carneiro do Nascimento para seu filho Valdecir Carneiro do Nascimento, 1955

Capítulo 2

O projeto de emancipação do município de Marcelino Vieira

2.1. Os grupos políticos de Pau dos Ferros depois de 1946

A redefinição da política partidária no Brasil, após a decadência do Estado Novo, provocou mudanças também no município de Pau dos Ferros. Para se vincular a nova estrutura política, as lideranças paufferenses procuraram os seus aliados eleitorais nos distritos que compunham o município. Tais aliados fortaleceriam a base de sustentação da liderança e se tornariam um elo entre o chefe político e as comunidades distantes.

De acordo com Vaqueiro, em seu depoimento, a Vila Panatis, depois de 1947³⁷, tornou-se local de fortes disputas eleitorais para os cargos municipais. Envolviam-se nessas disputas grupos políticos locais que mantinham ligações com os chefes políticos de Pau dos Ferros. Segundo Vaqueiro: *“O interesse de cada grupo político era fazer o seu prefeito, pois com ele no poder, poderia se conseguir muita coisa, principalmente emprego”*. A disputa para o executivo municipal era a mais importante. O candidato a prefeito era sempre alguém de Pau dos Ferros, mas a Vila tinha candidatos a vereador que apoiavam e eram apoiados pelos chefes políticos da cidade³⁸.

A troca de favores entre chefes políticos e aliados era marcante. Licurgo Nunes, vencedor da eleição de 1947, ao assumir em 1948, procurou criar empregos para os seus aliados. Assim, foram criadas as sub-prefeituras do município de Pau dos Ferros nas vilas de Panatis, Encanto e Riacho de Santana.

A instalação das sub-prefeituras nas vilas, teoricamente, teria a função de contribuir na administração municipal, auxiliando o prefeito na administração pública. Todavia, na prática, as sub-prefeituras ultrapassavam a idéia de descentralização administrativa. Pelos depoimentos que colhemos foi possível observar que, em geral, a escolha dos subprefeitos sempre recaía em um aliado político do prefeito. Ao sub-prefeito cabia representar o prefeito na vila, mas sobretudo no período eleitoral, a sub-prefeitura era usada para favorecer eleitoralmente o prefeito. Em Panatis, o primeiro sub-prefeito, nomeado pelo

³⁷ A primeira eleição constitucional de Pau dos Ferros foi em 1947. Antes desse período os prefeitos eram nomeados pelo governador.

³⁸ Eram Israel Nunes e José Fernandes quem decidiam os seus candidatos a prefeito e a vereador. Nas Atas da Câmara do município de Pau dos Ferros constam os nomes de alguns moradores da Vila Panatis exercendo o cargo de vereador. Por exemplo, na legislatura de 1947 Israel Nunes indicou e elegeu Augusto Alexandre da Costa; José Fernandes foi o responsável pela eleição de Egídio Chagas, José de Calazans Fernandes e Manoel Vicente Fontes.

prefeito de Pau dos Ferros, Licurgo Nunes foi João Medeiros³⁹. Nunes e Medeiros eram do PSD.

A estratégia das sub-prefeituras não foi abolida após as eleições de 1953. Licurgo Nunes, candidato a reeleição para a Prefeitura de Pau dos Ferros, pelo PSD, foi derrotado por José Fernandes de Mello, da UDN. O novo prefeito eleito continuou com a mesma política de seu adversário, nomeando para o cargo de sub-prefeito da Vila Panatis José Calazans⁴⁰, também membro da UDN.

Percebe-se, portanto, que, se por um lado, a criação das sub-prefeituras tinha a função pública de intermediar a solução dos problemas administrativos das Vilas, por outro, servia para o favorecimento de aliados políticos do prefeito. As sub-prefeituras forneciam as condições para a sustentação política dos membros do executivo e do legislativo municipal.

As sub-prefeituras serviam ainda para reforçar a “personificação” da figura do chefe político, em lugar do partido. Segundo os depoimentos de Gregório e Vaqueiro, com os laços de dependências, as pessoas passavam a se definir politicamente com a figura do líder político, e não com o partido. Daí as expressões da época: “*sou do lado de Licurgo*”, “*sou do lado de Zé Fernandes*”.

O novo dimensionamento dado pelas eleições para o executivo municipal, particularmente na Vila Panatis, favoreceu para uma ampliação das disputas para o governo do Estado. Nas correspondências entre Carneiro e o seu filho Valdecir são perceptíveis o envolvimento dos moradores da Vila Panatis com a eleição estadual. Na eleição de 1950⁴¹, por exemplo, Carneiro, membro do PSD, escreveu para o seu filho:

*“ todos de casa votamos [para governador] com Dix-Sept Rosado, prefeito ai de Mossoró, por ele ser digno merecedor. [...] Estamos todos satisfeitos por que a maioria dele é esplêndida (sic) como nunca visto no Rio Grande do Norte. Aqui [na Vila Panatis], as apurações terminaram ontem, a UDN venceu com duzentos e tantos votos, [aqui eles estão] muito satisfeitos, embora tenham perdido no Estado.”*⁴²

³⁹ João Medeiros era prático como dentista e como farmacêutico

⁴⁰ José de Calazans era agropecuarista

⁴¹ De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil, nessa eleição Dix-Sept-Rosado obteve 101.690 votos, o que correspondia a 58% dos votos válidos, que totalizaram 174.172 eleitores. Cf. Anuário Estatístico do IBGE, 1956, p. 611

⁴² Correspondência enviada por Romualdo Carneiro do Nascimento para seu filho Valdecir Carneiro do Nascimento, 1950

Segundo Gregório, só a partir das eleições de 1947 os eleitores da Vila Panatis deixaram de se deslocar até a sede do município para votar. Nas eleições anteriores, os moradores da Vila tinham de viajar até Pau dos Ferros para participar das eleições. Em 1947 as eleições passaram a acontecer na Vila Panatis, mas a apuração ocorria na sede do município, como recorda Gregório: *“Nós votávamos aqui [na Vila], mas as urnas iam para a sede do município. Os eleitores eram daqui e dos sítios próximos [da Vila]”*⁴³.

O fato da Vila Panatis ganhar seções eleitorais relacionava-se, entre outras coisas, com a diminuição dos gastos eleitorais. Isso porque, as despesas com alojamentos, refeições e transportes não seriam mais necessárias. Conforme Leal, grande parte das despesas eleitorais estavam relacionadas a isso, uma vez que *“o eleitor via de regra (sic), não dispunha de recursos para se transportar de sua casa à sede do município, onde devia ir depositar à cédula eleitoral.”*⁴⁴

As disputas eleitorais na Vila ganharam novas dimensões com a criação das seções eleitorais nos distritos. Os limites territoriais da eleição foram ampliados. Se antes o dia das eleições era movimentado apenas na sede do município, com a criação de novas seções outros lugares também se agitavam. A Vila Panatis, por exemplo, tornou-se um lugar que recebia diversos eleitores de sítios próximos, tais como, os sítios Várzea do Canto, Juazeiro do Barro Preto, Cirurgião, São José, Vaca Morta, Maniçoba⁴⁵.

Depois de 1947, as lideranças de Pau dos Ferros, seguindo o padrão nacional vigente, passaram a se preocupar em ter aliados em todos os espaços do município. Eles tinham as responsabilidades de organizar os votos e visitar os eleitores de seus candidatos. Conforme diz Vaqueiro em suas entrevistas, os dois grupos políticos paufferrenses faziam uma campanha acirrada na vila e nas suas redondezas na véspera das eleições. Afirma Vaqueiro:

“presenciei muito os [dois grupos] políticos fazendo suas visitas nas vésperas das eleições na Vila e nos sítios. Da UDN tinha Calazans, Neco Nonato e Dr. Zé Fernandes; Do PSD, Cazuza Cardoso; João Medeiros; Dr. Licurgo e Dr. Israel.”

⁴³ Com a criação de seções eleitorais na Vila Panatis muitos dos eleitores de sítios vizinhos passaram a votar na Vila.

⁴⁴ LEAL, Victor Nunes. Op. cit., p. 35.

⁴⁵ Quando a Vila Panatis emancipou-se de Pau dos Ferros e passou a se chamar Marcelino Vieira, esses sítios foram incorporados ao novo município.

2.2. A atuação dos grupos políticos diante da emancipação do município de Marcelino Vieira

Os intervalos entre as campanhas eleitorais eram momentos em que os grupos políticos traçavam suas estratégias para as eleições futuras. No município de Pau dos Ferros, mesmo sem eleições, as lideranças políticas continuavam usando práticas paternalistas, fortalecendo suas alianças políticas.

Gregório em seu depoimento nos informa: *“Dr. Israel e Dr. Zé Fernandes não se afastavam da Vila em nenhum período do ano. Eles sempre prestaram seus serviços mesmo depois das eleições. Gostavam muito daqui”*. Os serviços prestados pelos políticos, como descreve Gregório, eram práticas assistenciais.

Corroborando essa assertiva, de acordo com Leal:

“A falta de espírito público, tantas vezes irrogada ao chefe político local, é desmentida, com frequência, por seu desvelo pelo progresso do distrito ou município. É ao seu interesse e a sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de futebol [...]”⁴⁶.

Essas práticas assistenciais, de acordo com Leal, davam ao chefe político o papel de líder nas muitas necessidades dos seus liderados ou o papel de criar necessidades para esses liderados, quando lhes fosse conveniente. Esse compromisso do chefe político fazia com que este defendesse em muitas oportunidades, ainda que por vezes interessado em benefícios pessoais, a elevação de determinados distritos a categoria de município.⁴⁷

Foi em um desses intervalos de campanha eleitoral, entre os anos de 1950 e 1953, que começou a amadurecer idéia da emancipação da Vila Panatis. A idéia surgiu a partir dos interesses de Israel Nunes, irmão do prefeito de Pau dos Ferros nesse período, Licurgo Nunes.

Segundo Gregório e Vaqueiro, o objetivo de Israel, entre outras coisas, era crescer politicamente na Vila e assegurar a influência política do seu irmão, que desejava se reeleger prefeito de Pau dos Ferros.⁴⁸ Ao que tudo indica Israel percebeu que a emancipação da Vila Panatis seria inevitável e para garantir a reeleição do seu irmão em

⁴⁶ LEAL, Vitor Nunes. Op. Cit., p. 37.

⁴⁷ Id. ibid., p. 37

⁴⁸ Vaqueiro e Gregório em entrevista concedida ao autor

1953, um caminho seria prometer a emancipação, como sinal de compromisso com o progresso do lugar. Essa política de Israel Nunes não garantiu a reeleição de Licurgo Nunes para o executivo de Pau dos Ferros, mas permitiu a sua reeleição na Assembléia Legislativa.

Os interesses de Israel Nunes também estavam voltados para a indicação do primeiro prefeito logo que o futuro município fosse criado. E realmente essa aspiração se confirmou após a emancipação. Segundo Valdecir Carneiro, o desejo de Israel Nunes era que o prefeito de Marcelino Vieira fosse José Eloi de Paiva, que na época era conhecido na cidade como Cazuza Cardoso.⁴⁹ O candidato de Israel Nunes era muito ligado a ele e durante anos tinha contribuído em suas campanhas.

Ao saber da proposta de Israel Nunes para emancipar a Vila Panatis, o grupo político ligado a Zé Fernandes se reuniu imediatamente para definir as estratégias de reação a serem tomadas. Em seu depoimento, Vaqueiro, que nesse período pertencia a UDN e era ligado a Zé Fernandes, demonstra a sua interpretação pessoal sobre o acontecimento.

“Não dependia de mim aceitar ou não o projeto, mas estava pronto para acatar qualquer decisão política do grupo. [Resolvemos] aceitar a idéia da emancipação e fomos à luta [para indicar o prefeito provisório]. Cada lado queria indicar o seu candidato para assumir a Prefeitura, quando a Vila fosse município. O medo do nosso grupo era o de que a Vila se separasse de Pau dos Ferros e o poder fosse ficar na direção de um adversário.”⁵⁰

Dessa forma, podemos perceber que os dois grupos políticos traçaram estratégias diante do projeto de emancipação da Vila Panatis. A população de Marcelino Vieira passou a conversar sobre o assunto informalmente nas casas e nas mercearias. Todos procuraram entender o que significaria para a vida deles aquele processo. Cada grupo passava informações sobre o que seria a cidade emancipada, de acordo com os seus interesses.

Segundo Gregório, que não mantinha no período nenhum vínculo com os grupos políticos, *“as notícias do projeto de emancipação se sabia nas casas e nas ruas. Tanto a ala de Calazans como a de João Medeiros informavam sobre o projeto.”⁵¹*

⁴⁹ NASCIMENTO, Valdecir Carneiro do. Op. Cit., p. 323.

⁵⁰ Vaqueiro em entrevista concedida ao autor

⁵¹ Gregório em entrevista concedida ao autor

2.3 O imaginário popular em torno da emancipação

A população não foi unânime na aceitação do projeto de emancipação política da Vila Panatis, contradizendo o que apresenta os dois livros⁵² que se propuseram a escrever a história do município de Marcelino Vieira. Tais livros enfatizam de forma genérica a aceitação plena da população local pelo desmembramento da Vila.

Valdecir Carneiro do Nascimento analisa que existia “*o interesse de todos para a [...] emancipação [da Vila Panatis], que significaria ficar independente de Pau dos Ferros.*”⁵³ João Bosco Fernandes, por sua vez, afirma que “*o projeto do deputado Israel Ferreira Nunes, fez a comunidade voltar a vibrar, na tentativa de criação do novo município*”.⁵⁴

Contra-pondo-se as idéias de Nascimento e Fernandes, os depoimentos orais de Vaqueiro e Gregório, que vivenciaram aquele período, demonstram que uma parte da população desejava a emancipação, mas mostram também que tal desejo não era comum a todos. Por exemplo, segundo Gregório, que era pessoalmente favorável a emancipação algumas pessoas viam nesse processo um prejuízo para a Vila. O depoente afirma: “*Eu lembro que dizia na época: a beleza de Panatis vai passar a cidade. Ai tinha gente que dizia, pois vai é atrasar e prejudicar a Vila. Eles tinham medo da separação.*”⁵⁵

Contudo, existiam também aqueles que defendiam o desmembramento. Segundo Vaqueiro, muita gente acreditava que a Vila emancipada traria muitos benefícios. “*A gente imaginava que os problemas da Vila não iriam mais demorar para serem tratados. Com a Vila passando a cidade, nós teríamos realmente um prefeito*”.⁵⁶

Para Vaqueiro, a autonomia política e administrativa da Vila mudaria a vida de seus habitantes. O prefeito e os vereadores seriam eleitos pelas pessoas do lugar e seria mais simples solucionar os problemas que surgiam no dia-a-dia, sem que fosse necessário o deslocamento até a cidade de Pau dos Ferros.

Analisando o processo de emancipação à luz do que estabelecia a Constituição de 1946, podemos dizer que a luta pela criação de municípios envolvia também a possibilidade de mais dinheiro. Isso porque a Magna Carta concedia, entre outras fontes de

⁵² Os dois livros a que nos referimos, já citados anteriormente, são: FERNANDES, João Bosco Queiroz. *Marcelino Vieira: apontamentos para a história do município*. NASCIMENTO, Valdecir Carneiro. *Marcelino Vieira sinopse de sua história e linhagem de família*

⁵³ NASCIMENTO, Valdecir Carneiro. Op. cit., p. 8

⁵⁴ FERNANDES, João Bosco Queiroz. Op. cit., p. 39

⁵⁵ Gregório em entrevista concedida ao autor

arrecadação para o município, o direito de ficar com 10% do total de impostos coletados em sua jurisdição.⁵⁷

A religiosidade também se fez presente no processo de emancipação da Vila Panatis. Segundo os depoimentos de Gregório, muitos dos que defendiam a emancipação faziam preces para Santo Antônio, o patrono da Vila, pedindo-lhe auxílio na luta.

Ao invocar símbolos religiosos, o povo de Panatis executava práticas que também ocorriam em outras cidades nordestinas daquela época. Panatis tinha uma forte religiosidade evidenciada com clareza nas palavras escritas por Dom João Batista Portocarrero Costa, o segundo bispo de Mossoró, quando esteve em visita a capela da Vila.

O bispo fez duas visitas a capela de Panatis. A primeira em outubro de 1944 e a segunda em agosto de 1950. Na primeira visita escreveu o Bispo: “*Na capela de Panatis, muito nos confortou a espontânea e ardorosa piedade dos fiéis, que fizeram durante os dias de visitas, um eficiente movimento religioso*”. Na segunda visita ficou escrito: “*Na capela de Panatis, o movimento foi verdadeiramente admirável. A piedade espontânea do povo conforta o coração de quem trabalha no meio desta gente*”⁵⁸.

Esse espírito de religiosidade certamente influenciava qualquer decisão política. Gregório, por exemplo, nos revelou uma glosa feita por ele no ano de 1953. A glosa mistura sua fé religiosa, o desejo de ver a Vila emancipada e o desgosto para com aqueles que não queriam o desmembramento. A glosa, intitulada “*Santo Antônio auxiliou e Panatis já é cidade*”, explicitava:

*A divina providência engrandeceu Panatis,
o nosso torrão feliz.
É um povo de paciência.
Tem gente sem consciência,
que falou contra verdade,
usando de falsidade,
mas Jesus o castigou.
Santo Antônio auxiliou, e Panatis já é cidade.*⁵⁹

⁵⁷ Para se ter uma idéia da importância dessa renda, no ano de 1945 a grande maioria dos municípios tinham renda inferior a Cr\$ 100.000. Com a aprovação da receita de 10% sobre os impostos arrecadados nos municípios, o orçamento desses mesmos municípios saltou para Cr\$ 143.105, no ano de 1946, e para 160.000 no ano de 1948. (Cf. LEAL. op. Cit. 162-3)

⁵⁸ Sobre as visitas pastoris à capela de Panatis ver FERNANDES, João Bosco Queiroz. Op. cit., p. 45.

2.4. A atuação da Câmara Municipal de Pau dos Ferros diante do projeto de emancipação do município de Marcelino Vieira

A discussão sobre o projeto de emancipação da vila Panatis foi poucas vezes levada ao plenário da Câmara Municipal de Pau dos Ferros. Nas Atas das sessões da Câmara, ocorridas entre 1946 e 1953, encontramos apenas duas sessões, que tratavam do referido assunto. Uma com a data de 4 de novembro de 1953 e outra com a data de 10 de dezembro de 1953.

Na primeira vez, o plenário, motivado por um telegrama enviado pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, discutiu o projeto de emancipação da Vila Panatis. O projeto havia sido apresentado à Assembléia no dia 02 de novembro de 1953, e pedia um parecer do legislativo paufferrenese sobre a matéria. Conforme a ata dessa sessão da Câmara, o resultado da plenária sobre a restauração da Vila Panatis, foi o seguinte: 6 vereadores votaram contra a emancipação, 4 a favor e 2 se abstiveram.

A segunda sessão, do dia 10 de dezembro de 1953, provocada pelo vereador Jonas Escolástico, discutia o posicionamento tomado pelo legislativo municipal, no dia 4 de novembro, sobre a emancipação da Vila de Panatis. Conforme está explicitado na Ata da plenária, o vereador Jonas Escolástico, que na votação anterior havia se absterido do direito de votar, se pronunciou dizendo:

“Não tomei parte da votação, em virtude de não considerar objeto de deliberação, vês que em tempo oportuno quando o senhor presidente recebeu a comunicação do secretário da Assembléia, o Sr. Genezio Cabral, datada de 02 de novembro do corrente ano, deixou o senhor presidente de fazer a convocação na forma do estilo. De fato, não houve manifestação oficialmente com as formalidades exigida por lei”.⁶⁰

O pronunciamento dado pelo vereador Jonas Escolástico questiona a legalidade da votação ocorrida no dia 04 de novembro de 1953. Na mesma reunião, em resposta ao vereador, o presidente da Câmara Municipal, José Guedes do Rêgo, afirmou que o telegrama recebido por ele tinha caráter particular, uma vez que, não identificava a função do cargo do assinante. Além disso o presidente da Câmara ainda informava, conforme está

⁶⁰ Ata da Câmara Municipal do Município de Pau dos Ferros, 1953

escrito na Ata, que o telegrama recebido não dava nenhuma instrução que deixasse evidente o pedido de restauração do município.

O teor do telegrama foi lido na íntegra, durante a seção:

“Pau dos Ferros, Câmara Municipal.

Acaba ser apresentado projeto restaurando município Panatis. Maioria absoluta dos deputados. Nome assembleia, peço convocar a Câmara Municipal para se manifestar máxima brevidade possível. Saudações Genezio Cabral.”⁶¹

Após a leitura do telegrama e as justificativas apresentadas pelo presidente, o vereador Cosme Lopes da Silva, não se achando conformando com a deliberação tomada, encaminhou à mesa que fosse aprovado um documento com o seguinte teor:

*“Faça constar em ata que a Assembleia Legislativa decretou e o governo sancionou a lei número 909 em 24 de novembro de 1953, criando o município denominado de Marcelino Vieira, sendo desmembrado deste município de Pau dos Ferros, sem prévia manifestação desta Câmara”.*⁶²

O documento obteve do plenário 11 votos a favor e um contra. Ao lermos o teor do texto requerimento vemos que na Câmara Municipal não houve um processo de discussão sobre a emancipação e que, certamente, interesses políticos locais e regionais interferiram nesse processo.

⁶¹ Ata da Câmara Municipal do Município de Pau dos Ferros, 1953

⁶² Ata da Câmara Municipal do Município de Pau dos Ferros, 1953

CAPÍTULO 3: **Marcelino Vieira: a cidade emancipada**

3.1. O governo provisório e a eleição do primeiro prefeito

Logo após a aprovação, pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, do projeto que criava o município de Marcelino Vieira, começaram as disputas dos grupos políticos de pau dos Ferros para a indicação do primeiro prefeito. Como o município estava sendo criado, não haveria eleições para o executivo municipal, cabendo ao governador decidir quem ficaria provisoriamente no cargo até a realização do primeiro pleito.

Na disputa pela indicação, os grupos políticos de Zé Fernandes e Israel Nunes passaram a buscar formas de conseguir a indicação do governador Silvio Pedrosa, que na época estava a frente do executivo estadual. Segundo o depoimento de Vaqueiro, a preocupação maior dos dois grupos políticos era ter o controle sobre a administração do governo municipal desde o período provisório. Vaqueiro afirma que

*“Cada grupo político já tinha seu representante escolhido. Dr. Israel, que era deputado estadual e autor do projeto, queria que o prefeito fosse Cazuzo Cardoso, que era uma pessoa do seu lado para assumir a prefeitura. Mas Dr. Zé Fernandes tinha forte influência no governo estadual, através do deputado Djalma Marinho. Foi por essa influência que Dr. Zé Fernandes conseguiu que o prefeito nomeado fosse João Batista Fernandes Vieira, que assumiu o cargo em 31 de janeiro de 1954. O grupo de Zé Fernandes com essa nomeação saiu vitorioso e fortalecido no município. Foi um grande passo para a eleição”.*⁶³

Por esse depoimento podemos deduzir que o governo provisório de João Batista Fernandes Vieira teria a função de estruturar as bases que garantissem a eleição de um futuro prefeito ligado a Zé Fernandes. Teoricamente, o governo teria como meta organizar a primeira eleição de Marcelino Vieira, mas na verdade ele organizaria mesmo eram as bases eleitorais para o seu grupo político.

Dessa forma, como era de se esperar, no pleito eleitoral para a escolha do primeiro prefeito e vice-prefeito, realizado no dia 03 de outubro de 1954, saiu vitorioso os candidatos de Zé Fernandes, respectivamente, José de Calazans Fernandes e Manoel Vicente de Oliveira (o popular Neco Nonato). Os candidatos eleitos derrotaram João

⁶³ Vaqueiro em entrevista concedida ao autor

Medeiros de Andrade e Vicente Lopes Fernandes, que eram os escolhidos por Israel Nunes.⁶⁴

De acordo com Gregório em sua entrevista, quase tudo o que se discutia no município de Marcelino Vieira, depois da emancipação, se referia a disputa eleitoral que iria acontecer. Isso porque os habitantes locais passaram a atribuir um significado importante para as suas vidas o fato de escolher prefeitos e vereadores. Analisa Gregório que:

“Agora tudo era uma nova realidade. A maioria das pessoas do município estavam ansiosas para votar. Era a nossa primeira vez depois que a Vila Panatis estava emancipada. Teríamos o nosso primeiro prefeito e os nossos primeiros vereadores. Isso significava que a Vila tinha realmente passado para município”.

Assim, a eleição de 03 de outubro de 1954 teve uma importância enorme em relação as outras eleições, das quais os moradores locais já haviam participado. Essa eleição concretizaria a autonomia municipal abrindo as possibilidades para que o município, com tributos arrecadados, organizasse os serviços públicos locais e melhorasse o padrão de vida da população, conforme estava explicitado na constituição de 1946.⁶⁵

3.2. O poder municipal e a organização administrativa do município

O primeiro prefeito e os primeiros vereadores eleitos pela população, ao tomarem posse, procuraram concentrar suas ações políticas quase exclusivamente na organização administrativa do município. Nesse sentido, as Atas da Câmara Municipal demonstram que a primeira iniciativa do legislativo local foi a de procurar elaborar um Código de Postura Municipal.

Nesse Código de Postura deveriam constar os direitos e os deveres do poder municipal com os cidadãos, bem como os direitos e deveres dos cidadãos perante o poder público. Segundo Queiroz⁶⁶, nesse período poucas cidades do país possuíam um Código de Postura, tendo em vista que não era uma obrigatoriedade para os municípios. Além disso, a

⁶⁴ Zé Fernandes além de eleger o prefeito e o vice ainda elegeu a maioria dos vereadores para a Câmara Municipal. São os seguintes vereadores: Antônio Lopes do Rêgo, Antônio Cesário de Lima (popular Chico Vaqueiro), Bernardina Nonato, José Moisés Irmão, Raimundo Dantas, Antônio Jorge de Queiroz. Um total de seis vereadores contra quatro do lado de Israel Nunes: Romualdo Carneiro do Nascimento, Augusto Alexandre da Costa, Francisco José de Carvalho e José Lopes do Rêgo

⁶⁵ Cf. no Artigo 28 da Carta Constitucional de 1946

Câmara também procurou elaborar um regimento interno que regulasse o seu funcionamento.

No entanto, com base nos depoimentos que coletamos, a Câmara Municipal não conseguiu de imediato elaborar esses documentos. Segundo Vaqueiro, que na época fazia parte do legislativo,

“O objetivo primeiro da Câmara era de elaborar o Código de Postura do Município e um Regimento Interno para a Casa. [Para nós], o importante era por lei no novo município. Mas, as dificuldades eram enormes para a elaboração dessas leis. tudo, requeria muito estudo, e eram poucos os vereadores que sabiam de leis”.

Em virtude da inexperiência jurídica e administrativa dos vereadores, O Código de Postura Municipal e o Regimento Interno da Câmara Municipal foram substituídos, temporariamente, por um Código de Postura e por um Regimento de um outro município. Esses documentos ficariam vigorando até que fossem elaborados novos materiais. O Código e o Regimento adotado pelo município de Marcelino Viera foi o da cidade de Martins, segundo consta a Ata, foi um acordo entre

*“os vereadores [para adotar] o Código de Postura Municipal e o Regimento Interno da Câmara Municipal, ambos da cidade de Martins, [para regulamentar] as normas públicas do município e os trabalhos da Câmara, até que sejam elaborados o Código de Postura, e um Regimento Interno desta”.*⁶⁷

Segundo Queiroz a decisão de adotar o material elaborado em Martins, dirigida ao jurista e político, Jocelin Vilar, que na época era deputado estadual, partiu do novo prefeito municipal, José Calazans. De acordo com Vaqueiro, Jocelin tinha influência política na região e *“freqüentava o município de Pau dos Ferros e de Marcelino Vieira nos períodos de eleições”*.

Na mesma Ata em que houve a aprovação para a utilização dos documentos de Martins, também foi aprovado um requerimento determinando que o presidente da Câmara nomeasse duas comissões para elaborar um Código de Postura e um Regimento Interno. A Ata explicita:

⁶⁶ QUEIROZ, João Bosco Fernandes. Op. Cit. p. 43.

⁶⁷ Ata da primeira sessão legislativa de Marcelino Vieira de 1 de abril de 1955.

*“ Nomeou o Sr. Presidente para elaboração do ante projeto do Código de Postura Municipal uma comissão composta dos vereadores Francisco Cesário Sobrinho, Romualdo Carneiro do Nascimento e Antônio Jorge de Queiroz; e igualmente uma comissão composta de três vereadores para a elaborarem o regimento desta Câmara, Bernadino Nonato Fernandes, Augusto Alexandre da Costa e Antônio Lopes do Rêgo ”.*⁶⁸

Conforme afirma Vaqueiro, que nesse período fazia parte da comissão para elaborar o Código de Postura Municipal, essas comissões foram essências para a elaboração dos documentos jurídicos do município de Marcelino Vieira, uma vez que, estimulou os vereadores a realizarem estudos e pesquisas em livros que tratassem sobre administração municipal. Dessa forma, nas cartas enviadas por Romualdo Carneiro, que exercia o cargo de vereador no período, para seu filho, Valdecir, é demonstrada a sua preocupação e a dos outros vereadores em adquirir conhecimento jurídico sobre administração municipal:

*“Recebi o livro orgânico dos municípios que remeteste por Didi. Remetirei dinheiro para você comprar mais dois livros do mesmo, como falaste que tem. O que veio, cedi para um colega vereador”. 19,07,55*⁶⁹

*“Recebi sua carta com data de 12 de agosto, que veio por Tarcisio Marcelino. conjunto os dois livro. Cujos livros não vei[sic] do meu agrado divido[sic] não ter a lei orgânica dos municípios”. carta 02,09.55*⁷⁰

Nesse sentido, fica evidente nas cartas, escritas por Romualdo e enviadas para o seu filho Valdecir, a preocupação e a necessidade dos vereadores em adquirir conhecimento jurídico administrativo municipal para melhor orientá-los na administração da Câmara Municipal.

3.3. A população e as diretrizes jurídicas municipais

⁶⁸ Ata da primeira sessão legislativa de Marcelino Vieira de 1 de abril de 1955

⁶⁹ Correspondência enviada por Romualdo Carneiro do Nascimento para seu filho Valdecir Carneiro do Nascimento, 1955

⁷⁰ Correspondência enviada por Romualdo Carneiro do Nascimento para seu filho Valdecir Carneiro do Nascimento, 1955

Com a adoção do Código de Postura Municipal, em 1 de abril de 1955, Marcelino Vieira passou a ser regida por normas jurídicas, que tinham a função de organizar a administração pública do município. Era o início de uma tentativa para regular tudo o que se referia ao poder municipal e à vida dos cidadãos.

Contudo, os cidadãos tiveram dificuldade para conciliar os seus costumes e suas tradições ao sistema administrativo que o Governo Municipal passava a adotar. Uma das dificuldades para os cidadãos, segundo Gregório, foi o fato de que mesmo depois da emancipação, o novo município preservou características rurais, ou seja, a população ainda não tinha adquirido o espírito de “Vida Urbana” preservando nas suas vidas traços de vida rural.

Assim afirma Gregório: *“Houve a emancipação, mas a vida [cotidiana] na cidade era tipicamente rural”*, o que não correspondia em grande parte com as diretrizes jurídicas do Código de Postura do município.

Para se ter uma idéia basta citarmos o seguinte artigo do Código de Postura Municipal:

Art.64- É proibido sob pena de multa de Cr 1000 a Cr 5000, se o infrator não estiver sujeito a pena mais grave.

- 1- Dar rações a animais nas calçadas ou via pública.*
- 2- Estalar chicotes nas zonas urbanas, suburbanas e dentro dos povoados.*
- 3- Galopar ou esquipar um animal nas zonas urbanas, suburbanas e dentro das povoações*
- 4- Amansar animais em lugares públicos.*
- 5- Armar balanças na via pública para pesar qualquer mercadorias.*
- 6- Acumular nos pátios e quintais das habitações, lixos, restos de cozinhas, estrumes, animais mortos, águas estagnadas ou sujas, palhas, lamas ou resíduos de qualquer natureza nociva a saúde.⁷¹*

A adequação dos cidadãos ao Código não se restringiu apenas a esse artigo. A vida privada dos cidadãos também foi alvo de normatização jurídica municipal. Como consta em alguns artigos do Código de Postura. Por exemplo os artigos 41 e 42, que tratam da questão de pessoas enfermas:

Art.41- Todo aquele que tiver em casa pessoas acometidas de moléstia epidêmica, ou lepra, câncer, tuberculose e demais doenças de notificação compulsória, deverá comunicar imediatamente o fato a prefeitura. Pena: Multa de 50,00(cinquenta cruzeiros).

⁷¹ Ata da Câmara Municipal do município de Marcelino Vieira, 1955

Art.42- As pessoas que tratarem de doentes acometidos de moléstias epidêmicas só poderão transitar nas vias públicas mediante permissão do médico ou falta deste observar as instruções da prefeitura. Pena: Multa de 15, 00(quinze cruzeiros) a 80,00(oitenta cruzeiros).⁷²

Além disso, o executivo municipal também estava encarregado de inúmeras funções e obrigações perante o município, como cuidar da limpeza pública, fiscalizar as feiras, cobrar impostos, cuidar da segurança pública, criar e conservar estradas etc. Portanto, podemos dizer que Código de Postura Municipal foi na verdade um dos principais desafios enfrentados pela população vieirense recém emancipada, mas também foi um documento que organizou a população do município de Marcelino Vieira para a vida urbana.

3.4. A manutenção das práticas coronelísticas depois da criação do município

Os dois grupos políticos paufferenses que influenciaram no processo de emancipação da Vila Panatis, continuaram atuando politicamente na cidade emancipada. Isso porque a emancipação não modificou as estruturas locais, preservando inclusive os laços de dependências pessoais.

As cartas enviadas por Romualdo Carneiro para seu filho Valdecir, explicitam a contínua influência das lideranças políticas de Pau dos Ferros no novo município de Marcelino Vieira. Romualdo, que no período pós-emancipação vinculou-se politicamente ao grupo de Israel Nunes, descrevia, em carta de 1955, que continuava mantendo os contatos políticos com o líder paufferense. Na carta afirma Romualdo: *“Já começaram os trabalhos da política, hoje mesmo passou [por aqui] Dr. Israel com Juscelino[sic] Vilar, que também é candidato a deputado estadual pelo PSD”*.⁷³

Em outras cartas, Romualdo Carneiro deixa mais perceptível que conservava os laços de dependências pessoais com Israel Nunes, mesmo depois da emancipação de Marcelino vieira. Todavia, em uma das cartas, Romualdo demonstra decepção e desgosto com o líder paufferense, que durante muitos anos tinha recebido dele a irrestrita fidelidade. A tristeza de Romualdo tinha raiz no fato dele ter sido um fiel cumpridor dos compromissos políticos com Israel, mas no momento que mais precisou dele recebeu como

⁷² Ata da Câmara Municipal do Município de Marcelino Vieira, 1955

⁷³ Correspondência enviada por Romualdo Carneiro do Nascimento para seu filho Valdecir Carneiro do Nascimento, 1955

resposta uma imensa desconsideração. Romualdo se referia especificamente ao fato de ter enviado seu filho para estudar na casa de Israel em Natal. Israel recebeu Valdecir, mas lhe abandonou completamente deixando passar privações das mais diversas.

A descrição da decepção de Romualdo está escrita em carta datada de 23 de setembro de 1955. Escreveu Romualdo:

“Na semana passada aqui foi uns dias de movimento comigo. Vivo bastante desgostoso, como você sabe, com Dr. Israel, devido a sua estadia em casa dele. Ainda não tivemos entendimento pessoal e nem intereço (sic) tenho como já mandei dizer a ele por carta. Por que quando você mais precisou nenhuma coisa ele fez, antes uma disconçideração (sic) a mim, a quem ele tudo confiava.”⁷⁴

Ao falar de sua decepção com o seu ex-líder político, pela quebra de compromisso político, Romualdo afirma que só resta uma resposta: o rompimento com Israel Nunes.

A decepção de Romualdo não o conduz a quebrar os vínculos com os líderes paufferenses, mas apenas a “mudar de lado”. Não encontramos nas correspondências o momento em que Romualdo Carneiro se incorpora ao grupo de Zé Fernandes da UDN. Contudo, encontramos uma carta em que ele já afirmava para o filho que já estava mantendo relações políticas com Zé Fernandes. Os laços de dependência pessoal mudavam de nome, mas permaneciam os mesmos. A prestação dos “pequenos serviços” do chefe político continuava existindo. Assim ele escreve para o seu filho no dia 20 de outubro de 1955: *“Quanto a promotoria que me fala, irei me entender com meus amigos de Marcelino Vieira. Com o Dr. José Fernandes a esse respeito logo amanhã”⁷⁵.*

Toda essa relação de Romualdo demonstra que em Marcelino Vieira a política continuava sendo guiada pelos líderes. Em determinados momentos poderia até haver o questionamento do líder, mas a relação propriamente dita não era objeto de nenhuma reflexão. Aparentemente, não havia outra forma de se fazer política sem passar pelas lideranças. As cartas que analisamos demonstram muito bem a persistência de práticas coronelísticas, que se mantiveram fortes no novo município.

⁷⁴ Correspondência enviada por Romualdo Carneiro do Nascimento para seu filho Valdecir Carneiro do Nascimento, 1955

⁷⁵ Correspondência enviada por Romualdo Carneiro do Nascimento para seu filho Valdecir Carneiro do Nascimento, 1955

CONCLUSÃO

Entre os anos de 1946 e 1964 houve no Brasil, em geral, e no Rio Grande do Norte, em particular, um grande aumento do número de municípios. A emancipação do município de Marcelino Vieira, ocorrida no ano de 1953, coincide com a grande proliferação dos municípios brasileiros.

No corpo do trabalho procuramos demonstrar que uma das explicações para a proliferação desses municípios foi a Constituição de 1946. Essa Carta previa fontes orçamentárias capazes de garantir uma receita mensal que aumentaria as verbas para os municípios. Esse fato despertou o interesse de muitos povoados pelo seu desmembramento, a fim de conseguir a referida receita.

Contudo, procuramos particularizar o processo de emancipação do município de Marcelino Vieira. Nesse caso, identificamos outros fatores que contribuíram para a sua emancipação, tais como: a existência de interesses políticos provenientes das lideranças políticas do município de Pau dos Ferros que, em conjunto com os seus aliados locais, lutaram pela emancipação.

Inicialmente traçamos o quadro político em que o Brasil e, portanto, o Rio Grande do Norte se encontravam no momento do processo de emancipação do município de Marcelino Vieira. Em seguida procuramos compreender as relações políticas que se desenrolavam entre as lideranças de Pau dos Ferros e os grupos locais da cidade de Marcelino Vieira, procurando perceber as suas articulações em torno do processo de desmembramento.

Nossos estudos permitem afirmar que a prática coronelística, configurada principalmente nesse período com laços de dependência pessoal, correspondeu ao que se passava no Rio Grande do Norte, e no Brasil. Quanto ao interesse pelo desmembramento, concluímos que, esse estava fundamentado no intuito de garantir ao grupo político local, o governo municipal. E a liderança o poder político do município.

Concluímos também que, a participação da comunidade na aceitação do projeto de emancipação de Marcelino Vieira não foi unânime. Havia os que percebiam na emancipação a possibilidade de eleger candidatos que fossem da própria comunidade. Havia também aqueles que viam na emancipação um atraso para a comunidade.

Percebemos também que, o projeto de emancipação do município de Marcelino Vieira, não foi pauta constante nas discussões das sessões da Câmara Municipal de Pau dos

Ferros. E que as raríssimas vezes em que as discussões aparecem nas pautas, o seu posicionamento não tratou de uma discussão crítica e contundente sobre o projeto.

Com relação a cidade emancipada concluímos que, a estrutura política que se acomodou no novo município, era a mesma que se articulava antes da emancipação. Isso significa que as práticas coronelísticas permaneceram no novo município.

Outra conclusão, é referida a eleição e a posse do Governo Constitucional Municipal, que possibilitou a consolidação da emancipação. E foi através dele que iniciou a organização da vida urbana do município de Marcelino Vieira, com a instauração do Código de Postura Municipal, empregando uma normatização na vida dos habitantes do município, fazendo com que eles adequassem suas vidas ao código administrativo do município

Estudar o processo de emancipação do município de Marcelino Vieira com os olhos voltados à valorização de suas particularidades, faz da pesquisa histórica um campo de estudo infinito. Portanto, sobre o processo de emancipação do município de Marcelino Vieira, há muito a ser estudado e analisado. Nesse sentido, esta monografia deve ser apenas o início do estudo, análise e pesquisa sobre o tema.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

ATA da Câmara Municipal do município de Pau dos Ferros, anos: 1947, 1953.

ATA da Câmara Municipal do município de Marcelino Vieira, ano: 1955.

Correspondências enviadas por Romualdo Carneiro do Nascimento para seu filho Valdecir Carneiro do Nascimento, anos: 1950, 1955, 1956.

CENSO Demográfico do IBGE, anos: 1940, 1950 e 1960.

Revistas

Revista do bicentenário do município de Pau dos Ferros, ano: 1956.

Entrevistas

Entrevista concedida ao autor por Francisco Cesário Sobrinho em 20/04/2003.

Entrevista concedida ao autor por Gregório de Lima em 19/04/2003.

Endereço eletrônico

www.ibam.com.br

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, **Constituição. Constituições do Brasil.** [s. n. t.].

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cézar (Org). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

CARONE, Edgard. **A Quarta República (1945-1964).** São Paulo: Difusão Editorial. 1980.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da terra: história, geografia toponímia do Rio Grande do Norte.** Natal: Fundação José Augusto, 1968.

COSTA, Eunice Corrêa. **O fator urbano no Rio Grande do Norte.** Dissertação (Mestrado) - USP, 1977.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação.** Aracaju: Graf. Diplomata, 1987.

FERNANDES, João Bosco Queiroz. **Marcelino Vieira: apontamentos para a História do município.** Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-Un Rosado, 2000. (Coleção Mossoroense).

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **Fragmentação e gestão do território no Rio Grande do Norte.** Tese (Doutorado) - UNESP, 1997.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo.** São Paulo: Ed. Alfa Ômega, 1975.

LIMA, José Ayrton de. **A história das campanhas populares no Rio Grande do Norte.** Natal: Cooperativa dos jornalistas de Natal, 1987.

LINHARES, Maria yedda (Org). **História geral do Brasil.** 6. Ed. Rio de Janeiro: Campus. 1990.

MARIZ, Marlene da Silva. **A circulação do poder no Rio Grande do Norte, 1945 a 1960.** Entre textos, UFRN/ CCHLA. Natal: Ed. Universitária, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral.** São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte.** Natal: EDUFRN, 2000.

NASCIMENTO, Valdecí Carneiro do. **Marcelino Vieira: Sinopse de sua História e Linhagem de Famílias.** Campina Grande, 2002.

TRINDADE, Sergio Luiz Bezerra. **Uma síntese da abertura política no Rio Grande do Norte (1974-1979).** Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2002.

VASCONCELOS, José Carlos Negreiros. **A redemocratização no estado do Rio Grande do Norte (1945 a 1951).** Monografia (Graduação em História) - UFRN, 1993.

ANEXOS

OS LÍDERES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS



Dr. Israel Ferreira Nunes (PSD)



Dr. Licurgo Ferreira Nunes (PSD)



Dr. José Fernandes de Melo (UDN)



José Guedes do Rêgo (UDN)

OS GRUPOS POLÍTICOS DA VILA PANATIS (MARCELINO VIEIRA)



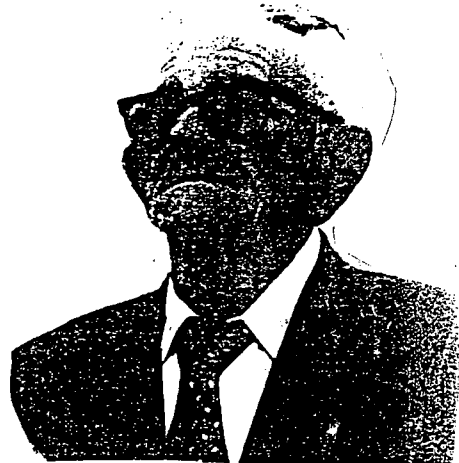
Cazuza Cardoso, aliado político de Israel Nunes



Pedro Sobrinho, aliado político de Israel Nunes



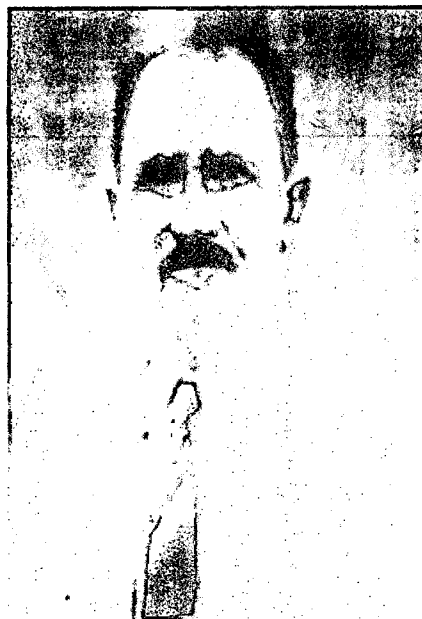
José de Calazans, aliado político de José Fernandes



Neco Nonato, aliado político de José Fernandes



Romualdo Carneiro do Nascimento,
aliado político de Israel Nunes.



João Medeiros de Andrade, aliado político de Israel Nunes.



João Batista Fernandes Vieira,
Aliado político de José Fernandes.



Alexandre Nonato Fernandes,
aliado político de José Fernandes.